



Data: 16.12.2013

Título: "Não pode ser devolvido um cêntimo a Bruxelas"

Pub: JORNAL DE
negócios

Tipo: Jornal Nacional Diário


clipping
consultores

Secção: Nacional

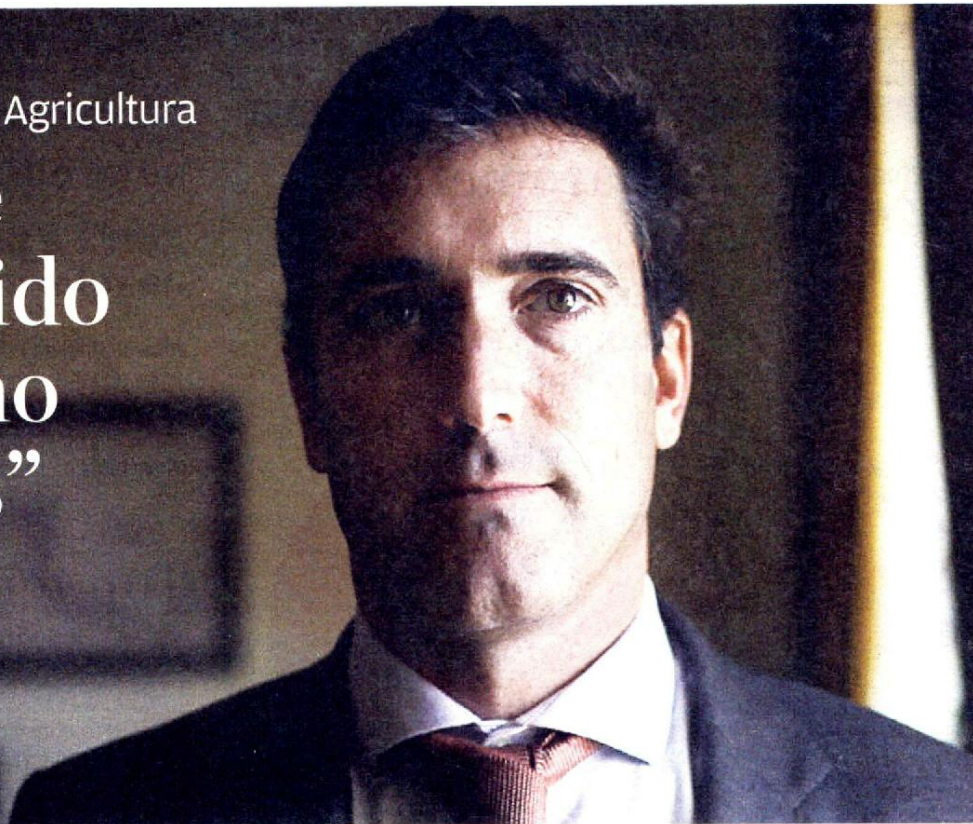
Pág: 1;8;9

Diogo Albuquerque
Secretário de Estado da Agricultura

"Não pode ser devolvido um cêntimo a Bruxelas"

Empresas 8 e 9

Governante explica como a parte
operacional das novas ajudas europeias
deixará de ser um tema político.



Área: 1531cm² / 54%

Tiragem: 16 981
FOTO

Cores: 4 Cores

ID: 4704933



Data: 16.12.2013

Título: "Não pode ser devolvido um cêntimo a Bruxelas"

Pub: JORNAL DE **negócios**

Tipo: Jornal Nacional Diário

Secção: Nacional

Pág: 1;8;9

clipping
consultores

**DIOGO ALBUQUERQUE, SECRETÁRIO DE ESTADO
DA AGRICULTURA**

“Não pode ser devolvido um cêntimo a Bruxelas”

Evitar desperdício na gestão de apoios de Bruxelas no próximo quadro comunitário é ponto de honra

ISABEL AVEIRO ia@negocios.pt

Diogo Albuquerque, secretário de Estado da Agricultura, acredita que no Plano de Desenvolvimento Rural (PDR), que vigorará entre 2014 e 2020, a parte operacional deixará de ser tema político.

Fizeram a apresentação do Plano de Desenvolvimento Rural no final de Outubro. Desde a apresentação, que reacções tiveram?

São contributos que vamos analisar. Do que recebemos, não há oposição a nenhuma medida especificamente. Também não há pedidos expressos para medidas que não estejam cobertas. Há uma aceitação geral pelas linhas do programa: continuidade do que estava bem, que é o caso da medida de investimento com algumas majorações previstas para quem for membro de organizações de produtores, para fomentar a nossa produção organizada da oferta; e para quem estará em seguros. Também há um contentamento generalizado das medidas agro-ambientais. Mas todos eles pedem...

Mais dinheiro?

Sim. Vamos este mês [Dezembro] analisar os contributos e fazer alterações pontuais.

Mas não vai ser possível satisfazer todas as vontades de majoração, não é?

Não, não vai ser possível.

Como é que vão conseguir conciliar todas as expectativas sectoriais?

Percebo a obsessão sectorial. E percebo que vem de um erro crasso do passado, de [haver] sectores estratégicos em relação a outros.

Não é essa a lógica agora, de preferir hortofrutícolas sobre os cereais, por exemplo?

Não. É mais um projecto de investimento, de um certo produtor, que tenha valor acrescentado. O que vai vingar são as características da nossa agricultura – que é falta de concentração da oferta, que é valor acrescentado – para equilibrarmos a nossa balança comercial.

Quanto a datas, a vossa ideia era concluir os trabalhos até ao primeiro trimestre de 2014?

Certo.

Sobre o primeiro pilar [apoios agro-ambientais, 100% pagos por Bruxelas], tinha dito que queria discutir com as partes até final de Dezembro.

Sim. Altura em que vamos ter uma reunião com as organizações para o primeiro pilar. E para o segundo pilar, em Dezembro vamos ajustar o PDR à proposta que fizemos, aos contributos que recebemos, incluir valores unitários para, depois, entre fins de Janeiro e primeiro trimestre, conseguirmos fechar tudo. No pri-

meiro pilar só temos de dar à Comissão a resposta das nossas decisões em Junho de 2014.

Por causa da data de Janeiro de 2015, que já é consensual [para a entrada em vigor do primeiro pilar]?

Sim, é consensual. Mas se queremos verdadeiramente começar em 2015 atempadamente, temos de começar com um ano de antecedência. No desenvolvimento rural, a comunidade europeia está atrasada, o que pode perturbar a apresentação do nosso programa. Isto vem da reforma da PAC não ter sido aprovada em Julho, mas em Outubro, porque o deputado Capoulas Santos questionou a forma de decisão entre o Conselho e o Parlamento e acabou por querer que os aspectos financeiros, que tinham sido decididos em cimeira dos chefes de Estado, fossem discutidos no PE e com Conselho de Ministros. Houve um impasse de tempo, de que a única coisa que resultou foi um aumento da taxa de co-financiamento dos apoios, que pode passar para 95% –, mas que nós não vamos usar. Porque o sector não quer que utilizemos.

Não?

Não. O normal é 75%-25% [de co-financiamento nacional]. Conseguir-se que subíssemos para 85%. Quando reduz de 25% para 15%, o outro fica sempre o mesmo, há menos dinheiro no total. E se passar de 85% para 95%, há menos 400 milhões [do OE]. Não me vou atravessar com um orçamento destes e retirar dinheiro aos agricultores.

A vossa vontade é não retirar essa verba?



Data: 16.12.2013

Título: "Não pode ser devolvido um cêntimo a Bruxelas"

Pub: JORNAL DE
negócios

Tipo: Jornal Nacional Diário

Secção: Nacional

Pág: 1;8;9


clipping
consultores

É. A tentação de qualquer governante é de retirar. Mas se o sector me diz que precisa de dinheiro para investir e que este dinheiro é importante, tenho de ouvi-lo. Sobretudo alguém que quer que o sector ajude a economia portuguesa.

Mas acha que a intervenção do deputado Capoulas Santos (relator e representante do PE) atrasou a discussão da reforma da PAC?

Atrasou o processo desde Julho, Agosto, Setembro. Porque na negociação a 25 de Junho, era suposto ser aprovado. O atraso, se tivesse levado a uma alteração substancial das propostas que o PE fez na Comagri [comissão de Agricultura do PE] em relação à convergência dos apoios entre países no primeiro pilar, e na proposta em relação à divisão de envelopes entre países que mantinham o "statu quo", era bom, dava até aos 350 milhões de euros que Capoulas Santos falou em Fevereiro, mas isso não foi para a frente. Não vejo assim ganho essencial. Não é nenhuma consideração minha se foi bom ou mau – é puramente objectivo.

E foi bom ou mau?

É sempre mais constrangedor para os países terem de acelerar as coisas. As medidas de transição [entre o actual e o futuro PDR] vêm atenuar isto, mas para o primeiro pilar veio implicar uma pressão maior. Esta é uma das reformas da PAC

mais complexas administrativamente. O comissário [europeu da Agricultura, Dacian Cioloș] diz que há simplificação, mas vai ter um desafio administrativo, esta reforma da PAC. Talvez tenha sido a reforma da PAC, em termos de negociações, que tenha sido mais técnica. Depois, há uma série de opções nacionais que os Estados podem tomar. São quase 40. Daí vem o conceito de 'renacionalização' da PAC: os países desligarem o pagamento que querem.

Há uma regionalização?

Não. No reequilíbrio que a CE permite aos Estados-membros das ajudas directas do primeiro pilar, dentro do Estado-membro, uma opção é fazer uma regionalização dos apoios. Em Portugal era uma opção. O que verificámos foi que, para o nosso problema – uma disparidade muito grande entre o que os agricultores recebem – a regionalização não nos resolvia o problema. O reequilíbrio levaria a perdas muito grandes para alguns, e ganhos desproporcionados para outros. O que vamos fazer é uma convergência parcial ao nível nacional das ajudas. O sector já está muito consciencializado disso.

O desafio administrativo requer o quê do Estado e vai o Estado conseguir fazê-lo com a redução de efectivos que está prevista para este ministério no Orçamento do Estado?

Será uma extensão daquilo que te-

mos vindo a fazer nos últimos dois anos e meio. Em termos de repartição de tarefas, queremos incluir as confederações, no "interface" das candidaturas aos apoios agrícolas. Na parte da gestão do próximo quadro, também vamos utilizar o modelo que estamos a utilizar hoje. De um maior entrosamento entre serviços do Ministério, entre quem faz a legislação, a gestão do programa e os controlos.

Mas isso implicou alguma reforma organizacional interna?

Obriga a estruturar mais a forma de trabalho interna. Por exemplo, tenho reuniões mensais com as confederações regionais, com o IFAP, e com o GPP para o Proder, todos em conjunto. Faço reuniões a cada 15 dias com os directores-gerais de cada serviço.

Não se fazia assim antes?

Isso nem preciso sequer de dizer. O parcelário não foi revisto em 10 anos, houve devolução de verbas a Bruxelas, etc.. No fundo, a parte operacional passou a ser um ganho político. Não devia, mas passou. E 90% do meu trabalho tem sido operacional. Não interessa nada discutir política agrícola e grandes opções quando o operacional não está a funcionar. Não pode ser devolvido um cêntimo a Bruxelas. Temos de executar. O operacional tem de estar perfeitamente operacional.

Área: 1531cm² / 54%

Tiragem: 16 981
FOTO

Cores: 4 Cores

ID: 4704933



Data: 16.12.2013

Título: "Não pode ser devolvido um cêntimo a Bruxelas"

Pub: JORNAL DE **negócios**

Tipo: Jornal Nacional Diário


clipping
consultores

Secção: Nacional

Pág: 1;8;9

“Vai haver uma decisão para a Casa do Douro rapidamente”

Governante quer ter uma solução para a instituição preparada até ao final do ano. Sobre os seguros agrícolas, revela que a aposta passa por apólices sectoriais

Nos seguros, qual é o papel dos privados?

Como regra base, os principais intervenientes nos seguros serão os agricultores e as seguradoras. O Estado, o que faz, é veicular um apoio comunitário através do Programa de Desenvolvimento Rural (PDR), que será dado às seguradoras – que em contrapartida terão de descer o preço da apólice. Os agricultores aqui podem ter um papel de intervenção importante porque se podem agrupar e fazer apólices agrupadas. E, com isso, ter apólices mais baratas e com uma majoração de apoio maior para quem o faça em conjunto. Vamos ter uma apólice horizontal, com maior flexibilidade de risco, e vamos fazer apólices sectoriais específicas, no caso de existência de risco ou de características muito particulares. Vai ser o caso das pomóideas e do tomate de indústria, no primeiro ano.

Pode um sector como o do tomate de indústria ficar com uma parte da gestão dos seguros, conforme a AIT [associação sectorial] pretende?

Não descuro, se houver uma proposta concreta das seguradoras, que possamos analisar até que ponto é que eles podem intervir. Numa reunião, eles falaram-me até de uma parte do preço que pagam aos agricultores ser veiculada para

seguros. O mais fácil é, no desenho desta apólice em que estamos a trabalhar agora, ver se têm propostas concretas. Mas que fique claro: os intervenientes no seguro são o assegurado – o agricultor – e quem faz o seguro é a seguradora. Não há muito mais intervenientes. O papel do sector é fundamental, para já, porque quantos mais agricultores tiverem [seguro], mais barata fica a apólice, e depois se o fizerem agrupado dilui o risco lá dentro.

Quando é que a Casa do Douro vai a Conselho de Ministros (CM)?

Fiz um ponto de situação num Conselho de Ministros no final de Novembro. E o objectivo é ter as coisas todas preparadas para ir a CM no fim do ano. Não vou entrar muito no conteúdo do que lá foi dito, mas posso dizer que quero ter a peça toda preparada até ao final do ano. Isto não quer dizer que seja discutido no CM de 25 de Dezembro, ou dia 1 de Janeiro.

É sua intenção que no próximo mês, mês e meio esteja tudo preparado?

Exactamente. Isto significa que tenho de ter o vinho avaliado, ou confirmar as avaliações que se fizeram no passado. Que já foram muitas. Mas há uma que será determinante e que está prestes a sair, que é [relativa] a uma disputa que houve, e em que houve agora uma avaliação que foi feita com júri da Casa

do Douro, do IVDP [Instituto dos Vinhos do Douro e Porto], e do próprio tribunal. Vai haver uma decisão rapidamente.

E essa será então consensual?

Certo. Essa será à prova de bala. Mas com isso e o facto de estar a encomendar uma avaliação independente, de confirmar as avaliações feitas, e de tomar uma decisão final, e o acordo de dação com a Casa do Douro, e a legislação para a mudança de inscrição obrigatória para inscrição voluntária – com tudo isto feito até ao fim do ano, temos uma janela de oportunidade para fechar em CM, dar o mandato de negociação e depois avançar com a Casa do Douro. Estive no Douro há duas semanas, apresentei este trabalho e os oito grupos a 600 viticultores e houve uma recepção positiva.

Nesta altura, os agricultores se calhar querem uma resolução seja ela qual for, não?

Mas esta é uma boa [resolução]. Isto tem de se resolver e acho que estão aqui as peças e as ferramentas todas. O segredo disto é que é uma solução abrangente para uma colectânea de problemas e que está a ser feita toda ao mesmo tempo de uma forma organizada e estruturada, que é o essencial. O segredo dos oito grupos de trabalho é esse.

Área: 1531cm² / 54%

Tiragem: 16.981
FOTO

Cores: 4 Cores

ID: 4704933



Data: 16.12.2013

Título: "Não pode ser devolvido um cêntimo a Bruxelas"

Pub: JORNAL DE **negócios**

Tipo: Jornal Nacional Diário


clipping
consultores

Secção: Nacional

Pág: 1;8;9

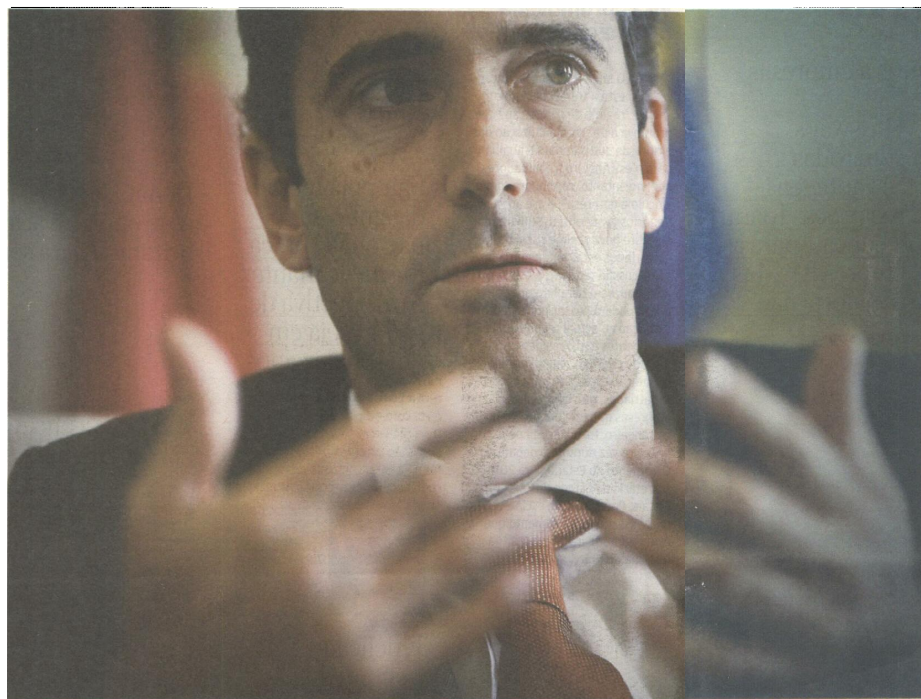
Nos seguros,
vamos ter uma
apólice horizontal,
com maior
flexibilidade de
risco, e vamos
fazer apólices
sectoriais
específicas. (...) Como para
as pomóideas
e o tomate de
indústria, no
primeiro ano.

Alqueva prepara "revolução cultural"



Está em curso no Alqueva
"uma revolução cultural":
"do castanho passa a

verde", resume Diogo Albuquerque, porque "a água traz uma imensidade de novas produções". De "velhas" e novas culturas. No milho, além de a área triplicar, a produtividade por hectare passou de duas para 15 toneladas com a passagem para regadio. Vai haver "a instalação de uma agro-indústria para papoila, na área farmacêutica, no olival também tem havido crescimento", assim como na uva de mesa, melão e romã e de "produtos novos como frutos secos". O secretário de Estado da Agricultura, que mantém a data de 2015 para "terminar o regadio" no "maior lago artificial da Europa" revê os valores em causa: "vai ser à volta de 300 milhões de rede primária e secundária, e mais 100 a 200 milhões de investimento dos próprios agricultores, com financiamento comunitário". Em velocidade de cruzeiro, acredita Diogo Albuquerque, o Alqueva gerará 160 milhões de euros de valor acrescentado por ano.



PERFIL

HUMOR PORTUGUÊS PARA
PONTUALIDADE BRITÂNICA

Secretário de Estado da Agricultura da equipa ministerial liderada por Assunção Cristas, José Diogo Albuquerque é licenciado em Engenharia Agrónoma, com especialização em Economia Agrária e Sociologia Rural, pelo Instituto Superior de Agronomia. Passou pelo Reino Unido, onde aliás nasceu em 1972, pela Nova Zelândia, onde foi investigador e professor (2006) e pela Indonésia. Passagens que reforçaram a prática de surf, mais difícil certamente de praticar em Bruxelas, onde começou como estagiário na Direcção-Geral de Agricultura da Comissão Europeia (1997), foi auditor da despesa agrícola relacionada com medidas de mercado na mesma entidade, e representante da CAP junto da UE. Assume-se de "educação britânica", o que se nota no cumprimento estrito da pontualidade - e no chá em vez de café -, mas de "humor português".

Área: 1531cm² / 54%

Tiragem: 16 981

FOTO

Cores: 4 Cores

ID: 4704933